

## ABRIGOS PARA TODOS EM SÃO PAULO

Reunião na sede da Ordem dos Advogados do Brasil sub-seção São Paulo (OAB/SP) em 25 de julho de 1996, com a presença de representantes da População de Rua Adulta e Infanto-Juvenil, de entidades sociais que atuam nestas áreas, dos Conselhos Tutelares da Cidade de São Paulo, Vicariato do Povo de Rua da Arquidiocese de São Paulo, Pastoral do Menor, Associação de Conselheiros Tutelares do Estado de São Paulo, da Sub-comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP), do Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Justiça da Infância e da Juventude e da Pessoa Portadora de Deficiência, da Câmara Municipal de São Paulo (Vereadora Aldaíza Sposati e representante do Vereador Sérgio Rosa)

Considerando a responsabilidade governamental, municipal e estadual, na atenção àqueles que se encontram desprotegidos nas ruas da cidade de São Paulo

Considerando a existência de recursos financeiros para a tomada de medidas cabíveis na solução deste grave problema social

Considerando que temos permanecido nas lutas pela efetivação dos direitos sociais e difusos, torna-se necessário a denúncia do jogo instalado pela Prefeitura Municipal de São Paulo entre a população adulta e a população infanto-juvenil de rua nesta Capital reduzindo e precarizando seus direitos

Considerando o rebaixamento dos direitos e das conquistas da população adulta e infanto-juvenil com as medidas restritivas impostas pela Prefeitura, especialmente, no Albergue do Gasômetro

Considerando a necessidade de urgência de medidas face à grave situação instalada às pessoas que se encontram na rua neste período de inverno, se faz imprescindível a presença da OAB/SP e do Ministério Público junto à Sociedade Civil

Considerando a importância da unidade na luta pelos direitos consagrados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) revelando que esta causa comum é maior do que possíveis diferenças e que nossas experiências concretas que podem ser articuladas em uma **política global de abrigo para a cidade**



**NOS PROPOMOS A :**

**I) CONCEDER COLETIVA À IMPRENSA COM A PRESENÇA CONJUNTA DA PASTORAL DO MENOR, CONSELHOS TUTELARES, CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS, VICARIATO DO POVO DA RUA E ENTIDADES SOCIAIS FIRMANDO A UNIDADE DE LUTA COM A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL E O MINISTÉRIO PÚBLICO POR :**

**1º) ABRIGOS PARA TODOS**

**2º) SERVIÇOS ESPECIALIZADOS À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE E AO ADULTO**

**3º) PRESERVAÇÃO DOS ABRIGOS PARA ADULTOS JÁ EXISTENTES E INSTALAÇÃO DE NOVOS ABRIGOS EM CARÁTER DE EMERGÊNCIA PARA A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL**

**4º) CRIAÇÃO DE VAGAS DE ABRIGO SEM SELETIVIDADE PARA QUALQUER SER HUMANO NA RUA**

**II) CONSEGUIR A INSTALAÇÃO DE UM LOCAL ESPECÍFICO PARA A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL, SUGERINDO-SE O DO PROJETO VIDA RECENTEMENTE REFORMADO E AINDA NÃO UTILIZADO PELO C.A.S.A. (Centro de Apoio Social e Atendimento do Município de São Paulo) APÓS VISITA DOS REPRESENTANTES DOS GRUPOS QUE ENCABEÇAM ESTA PROPOSTA PARA AVALIAÇÃO DO LOCAL NO DIA 26 DE JULHO DE 1996, ÀS 13:00 hs.**

**III) OBTER GARANTIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ASSEGURE A DEFESA DOS DIREITOS DOS DOIS SEGMENTOS, POPULAÇÃO ADULTA E INFANTO-JUVENIL**

**IV) REALIZAR MANIFESTAÇÃO PÚBLICA DA POPULAÇÃO DE RUA E INFANTO-JUVENIL QUANTO A SUA EXCLUSÃO**

**V) COMUNICAR À PRESIDÊNCIA DO CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) EXIGINDO A INCORPORAÇÃO DO PROPOSTO E O COMPROMETIMENTO COM A QUALIFICAÇÃO CRESCENTE DA ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**



INVERNO Promotoria entrou na Justiça ontem

## Ação pede vagas para moradores de rua

da Reportagem Local

A Promotoria da Cidadania entrou ontem na Justiça com uma ação civil pedindo que sejam criadas mais vagas para o atendimento dos moradores de rua.

“Há déficit de pelo menos 2.500 vagas”, diz o promotor Angelo Stacchini, 36. “Queremos evitar que mais gente morra de frio.”

O secretário municipal da Família e Bem-Estar Social, Adail Vettorazzo, diz que as 2.000 vagas existentes hoje nunca chegaram a ser preenchidas. “Estamos com uma folga de 700 vagas e, se for

preciso, podemos criar mais.”

Também ontem, uma comissão formada por diversas entidades enviou à Promotoria da Infância e da Juventude um pedido de reativação do Casa (Centro de Apoio de Atendimento) que fica embaixo do viaduto Dona Paulina (centro).

“Pedimos que crianças e adolescentes sejam atendidos lá e que os albergues destinados a adultos fiquem apenas com adultos”, disse a vereadora Aldaíza Sposati (PT).

“Vamos encaminhar o documento ao Casa. De nossa parte, se o Casa aceitar, é possível que isso seja feito”, afirmou Vettorazzo.

FOLHA DE SÃO PAULO - 27/07/96

